

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007**

**(APENSOS OS PROJETOS DE LEI Nº 70, DE 2007,  
Nº 332, DE 2007, E Nº 1908, DE 2007)**

Dispõe sobre a comunicação audiovisual eletrônica por assinatura e os serviços de telecomunicações, altera a Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

Dê-se ao § 2º do art. 29 a seguinte redação e acrescente-se

o inciso I:

“Art. 29. ....

§ 2º Em relação aos serviços de TVC, TVA, MMDS e DTH, os contratos ainda vigentes, celebrados com o Poder Público, continuam em vigência, inalterados, até o término dos seus prazos de vigência, e serão regulamentados e fiscalizados pela Anatel.

I – as autorizações de uso de radiofrequências outorgadas e ainda vigentes, continuam em vigência até o final dos correspondentes prazos de autorização, podendo ser renovadas, de acordo com critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Há uma diferença jurídica importante entre os contextos que regem os contratos firmados com o Poder Público, que se constituem atos perfeitos e só mutáveis por acordo entre partes e autorizações de radiofrequências, que evoluem de acordo com alterações tecnológicas, de mercado e definições estratégicas da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel quanto ao uso eficiente de espectro e o interesse público. Não é improvável que haja a necessidade da Anatel vir a promover alterações eventuais em bandas de radiofrequência já autorizadas, para compatibilizar a dinâmica desse mercado.

A separação dos critérios de manutenção dos atos jurídicos perfeitos como os contratos das autorizações de uso do espectro se recomenda para preservar a ordem jurídica e regulatória.

Sala da Comissão,      de      de 2009.

**JÚLIO DELGADO**  
Deputado Federal – PSB/MG